

Doutrina

IMPLICAÇÕES DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA IGUALDADE

Maria Garcia

A INCONSTITUCIONALIDADE DO DECRETO-LEI 70/66

Marco Antônio Ribeiro Tura

DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS: direitos de reunião e associação

Alexandre de Moraes

A PROBLEMÁTICA DA EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS PROGRAMÁTICAS

Sandro Nahmias Melo

ENTRE ORDEM E DESORDEM: o direito internacional em face da multiplicidade de culturas

Alberto do Amaral Júnior

SÚMULA DOS ARGUMENTOS APRESENTADOS AO CONSELHO FEDERAL DA OAB EM DEFESA DA CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE DO PROCESSO DE DESESTATIZAÇÃO DA TELEBRÁS

Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto

O POSITIVISMO DE HANS KELSEN E NIKLAS LUHMANN E A CONSTITUIÇÃO COMO INSTRUMENTO NORMATIVO SUPERIOR POSITIVADO

Alexandre Coutinho Pagliarini

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COMO SUPREMA CORTE CONSTITUCIONAL

José Ferreira de Freitas

TAXA EDUCAÇÃO E CULTURA DESTINADA AO CUSTEIO DA PROGRAMAÇÃO CULTURAL E EDUCATIVA DA RÁDIO E DA TELEVISÃO CULTURA MANTIDAS PELA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO POR MEIO DA FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA

Antônio Carlos Mendes

DOS JOGOS DE BINGO POR MÁQUINAS NO PAÍS

Celso Ribeiro Bastos

O ARTIGO 227 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA E SUA REPERCUSSÃO NO DIREITO FALIMENTAR

Marcelo Elias Sanches

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

Gilmar Ferreira Mendes

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE: hermenêutica constitucional e revisão de fatos e prognoses legislativos pelo órgão judicial

Gilmar Ferreira Mendes

O EURO E AS PERSPECTIVAS DE IMPLANTAÇÃO DE UMA MOEDA ÚNICA NO MERCOSUL

Maria de Fátima Ribeiro

CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS INTERNACIONAIS

Bayard Picchetto Junior

A ATUAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS EM FACE DA SEPARAÇÃO DE PODERES DO ESTADO

Carlos Roberto Siqueira Castro

O RETALHAMENTO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Arx Tourinho

MEDIDAS PROVISÓRIAS: a solução está próxima?

Edson Freitas de Oliveira

PROTEÇÃO DO USUÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Marcos Juruena Villela Souto

TUTELA CONSTITUCIONAL DO MEIO AMBIENTE

André Luiz Borges Netto

Jurisprudência

Superior Tribunal de Justiça

CONSTITUCIONAL. Lei anterior à Constituição, que, segundo o Tribunal local, não foi recepcionada pela nova ordem jurídica. Matéria própria de recurso extraordinário.

Supremo Tribunal Federal

CONSTITUCIONAL. Art. 55, II da Carta anterior. Contribuição para o PIS. Decretos-leis 2.445 e 2.449, de 1988. Inconstitucionalidade. Incidência da contribuição sobre o faturamento das empresas: legitimidade.

Tribunal Regional Federal da 3.^a Região

CONSTITUCIONAL. Tributário. Imunidade do art. 150, VI, c, CF. Lei 9.532, art. 12, § 1.º. Inconstitucionalidade. Precedente. STF. Agravo a que se dá provimento.

Tribunal Regional Federal da 1.^a Região

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. Funcionalismo. Auxílio-alimentação. Servidores aposentados. Direito inexistente. Vantagem não incorporável. CF, art. 40, § 4.º. Lei 8.460/92. Decretos 969/93 e 1.028/93.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul

CONCESSÃO DE OBRAS PÚBLICAS. Alteração unilateral do contrato. Revisão tarifária baseada apenas em relatório de organismo fiscal auxiliar da Secretaria da Fazenda. Ofensa ao princípio do devido processo legal e do contraditório.

Supremo Tribunal Federal

MEDIDA PROVISÓRIA. Eficácia. Lei de Conversão. Modificações. Efeitos.

Superior Tribunal de Justiça

CONSTITUCIONAL. Tributário. Mandado de segurança preventivo.

Tribunal Regional Federal da 1.^a Região

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. Membros do magistério. Categoria já beneficiada com aumento específico (30,12%). Pretensão de reajuste de 28,86% concedido aos militares. Leis 8.622 e 8.627/93. Inconstitucionalidade por omissão. Possibilidade de discussão pela via ordinária. Constituição Federal, arts. 103, § 2.º, e 5.º, LV. Revisão geral de vencimentos. Impossibilidade de percepção de triplo aumento em relação aos professores. Deferimento quanto aos demais. Art. 37, X, da Carta de 1988.
